

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO PERÍODO DE 2016**

1 - Identificação da entidade

A Associação dos Reformados e Pensionistas do Distrito de Viana do Castelo é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 13/10/1978, com sede na Avenida Batalhão Caçadores 9, n.º 518, 4900-341 Viana do Castelo, e tem como actividade principal a exploração sem fins lucrativos de um Centro de Convívio, de um Centro de Dia e de um Serviço de Apoio Domiciliário, a que corresponde o CAE 88101 - Actividades de apoio social para pessoas idosas sem alojamento.

2 - Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Enquadramento

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.

2.2 - Derrogações ao disposto na NCRF-ESNL

Não houve qualquer derrogação ao disposto na norma acima referida.

2.3 - Indicação e comentários das contas do balanço e demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas
Não se aplica.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

3.1.1 - Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1.1 - Activos fixos tangíveis

São mensurados pelo seu custo, que compreende o seu preço de compra, os gastos que haja com qualquer imposto de compra não reembolsável e ainda os custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido, os mesmos são mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

3.1.1.2 - Activos intangíveis

São mensurados pelo seu custo, quer aquando do seu reconhecimento quer após reconhecimento, o qual é determinado da mesma forma que o custo dos activos fixos tangíveis.

3.1.1.3 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos compreende juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos, amortizações de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos, encargos financeiros com locações financeiras e diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

3.1.1.4 - Inventários

São mensurados ao custo histórico. Esse custo inclui os custos de compra e os custos incorridos para colocar os inventários no seu local.

Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não recuperáveis e custos de transporte, manuseamento e outros custos directamente atribuíveis à aquisição dos mesmos. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

3.1.1.5 - Rédito

O rédito é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

3.1.1.6 - Subsídios e outros apoios

Os subsídios monetários são mensurados pelo valor que se recebeu ou espera receber e os não monetários pelo seu justo valor.

3.1.1.7 - Imposto sobre o rendimento

Os passivos ou activos por impostos correntes são mensurados pela quantia que se espera pagar ou receber das autoridades fiscais usando as taxas e as leis fiscais à data de aprovação do balanço.

3.1.1.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

3.1.1.9 - Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

3.1.2 - Outras políticas contabilísticas

Não foram usadas políticas contabilísticas diferentes das definidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3.1.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à sua data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.4 - Principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis, análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e de inventários e provisões.

As estimativas foram feitas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve qualquer alteração de políticas contabilísticas durante o período.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas realizadas em anos anteriores	Impacto nas demonstrações financeiras do período	
	6881	7881
Insuficiência na estimativa do valor recebido a mais em 2015 relativamente ao SAD		845,88
Excesso estimativa subsídio Centro de Dia processado em 2015 e a receber em 2016	841,94	
Insuficiência estimativa subsídio PARES para obras		406,00
Excesso estimativa subsídio PARES para equipamento	1.334,00	
Total:	2.175,94	1.251,88

No final de 2015, apesar de termos recebido um ofício da Segurança Social com o valor do subsídio recebido a mais relativo ao Serviço de Apoio Domiciliário, achámos que os nossos cálculos é que estavam correctos. Para nós tínhamos a devolver à Segurança Social mais 845,88 € relativamente ao SAD e a Segurança Social tinha feito cortes a mais no Centro de Dia no valor de 841,94 €.

Assumimos mesmo assim os nossos valores na esperança de em 2016 apurarmos esta diferença entre os nossos cálculos e os da Segurança Social, o que não veio a acontecer, razão pela qual corrigimos agora as nossas estimativas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Não se verificou a existência de qualquer erro que possa ser classificado de relevante.

4 - Activos fixos tangíveis

A mensuração dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo, conforme referido no ponto 3.1.1.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método da linha recta, utilizando-se para o efeito as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2012, por se considerar que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se quando o activo esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta, depreciações, imparidades e a quaisquer outros movimentos ocorridos no período em activos fixos tangíveis constam do seguinte mapa:

Descrição dos Movimentos	Outros Activos Fixos Tangíveis							Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Adiantamentos por conta de AFT	
Quantia bruta escriturada inicial	775 134,34	38 401,18	68 756,58	27 387,03	2 583,33			912 262,46
Depreciações acumuladas iniciais	29 952,63	21 212,29	42 483,77	24 834,73	2 214,94			120 698,36
Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
Quantia líquida escriturada inicial	745 181,71	17 188,89	26 272,81	2 552,30	368,39			791 564,10
Movimentos do período:								
Aquisições/aumentos			6 000,00	875,75	3 153,22			10 028,97
Acréscimo por revalorização								
Alienações								
Abates								
Outras (transferência de contas do Activo Intangível)								
Transf. dos activos fixos tangíveis em curso (+ ou -)								
Depreciações do período	15 502,68	4 351,10	14 636,42	1 582,32	649,89			36 722,41
Diminuição deprec. acum. por alienação ou abate								
Perdas por imparidade do período								
Reversões e perdas por imparidade no período								
Quantia bruta escriturada final	775 134,34	38 401,18	74 756,58	28 262,78	5 736,55			922 291,43
Depreciações acumuladas finais	45 455,31	25 563,39	57 120,19	26 417,05	2 864,83			157 420,77
Perdas por imparidade acumuladas finais								
Quantia líquida escriturada final	729 679,03	12 837,79	17 636,39	1 845,73	2 871,72			764 870,66

5 - Activos intangíveis

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas e as imparidades acumuladas no início e no fim do período, bem como a reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período encontra-se relevada no seguinte quadro:

Descrição dos Movimentos	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos intangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	709,71				709,71
Depreciações acumuladas iniciais	236,57				236,57
Perdas por imparidade acumuladas iniciais					
Quantia líquida escriturada inicial	473,14				473,14
Movimentos do período:					
Aquisições/aumentos	233,04				233,04
Acréscimo por revalorização					
Alienações					
Abates					
Transferência dos activos fixos intangíveis em curso (+ ou -)					
Depreciações do período	314,25				314,25
Diminuição depreciações acumuladas por alienação ou abate					
Perdas por imparidade do período					
Reversões e perdas por imparidade no período					
Quantia bruta escriturada final	942,75				942,75
Depreciações acumuladas finais	550,82				550,82
Perdas por imparidade acumuladas finais					
Quantia líquida escriturada final	391,93				391,93

6 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos é reconhecido como um gasto no período em que incorre. Não foi capitalizado qualquer custo com empréstimos obtidos.

7 - Inventários

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao custo histórico, sendo o FIFO o método de custeio utilizado para as saídas.

As restantes divulgações relacionadas com inventários encontram-se patentes no seguinte quadro:

Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Activos biológicos	Total
Inventários iniciais		169,14		169,14
Compras		39 874,00		39 874,00
Reclassificação e regularização de inventários		8 985,44		8 985,44
Inventários finais		530,53		530,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		48 498,05		48 498,05
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários				
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários				
Reversão de ajustamentos por imparidade do período em inventários				
Adiantamentos por conta de compras				

8 - Rendimentos e gastos

O rédito que envolva a prestação de serviços só é reconhecido quando todas as seguintes condições estiverem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso por outros de activos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido apenas quando satisfizer as seguintes condições:

a) Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade; e

b) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os juros são reconhecidos segundo o regime do acréscimo e os dividendos quando for estabelecido o direito do accionista receber o pagamento.

O rédito é composto apenas por prestações de serviços no valor total de 103.092,64 €.

9 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não se aplica.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As divulgações exigidas para este item encontram-se em mapa próprio de controlo de subsídios para investimentos.

Os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações e amortizações efectuadas em cada período.

Os subsídios relacionados com rendimentos concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exercícios futuros.

A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se reflectidas no seguinte quadro:

Natureza	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios à Exploração:				
Instituto de Segurança Social, IP	-	-	7511	174 681,79
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	7513	10 353,42
Autarquias Locais	-	-	7515	4 700,00
Sub-total dos subsídios à exploração				189 735,21
Subsídios ao Investimento:				
Câmara Municipal de Viana do Castelo	5931	406 522,42	7882	12 521,92
Instituto de Segurança Social, IP - PARES	5931	287 030,31	7882	8 029,25
Instituto de Segurança Social, IP	5931	7 500,00	7882	7 500,00
Sub-total dos subsídios ao investimento		701 052,73		28 051,17
Total		701 052,73		217 786,38

No período, aquando do encerramento do projecto PARES verificámos que o valor total do subsídio deste projecto era de 311.118,04 €, o qual diferia do subsídio total que tínhamos reconhecido em anos anteriores. No quadro abaixo esquematizamos de uma forma mais clara o que foi reconhecido e o que agora temos de reconhecer com efeitos ao início da reposição do respectivo subsídio (ano 2014):

Subsídio PARES	Obra e Projecto técnico	Equipamento	Total
Subsídio estimado inicialmente	288.476,49	15.034,74	303.511,23
Subsídio final atribuído	298.626,25	12.491,79	311.118,04
Diferença	10.149,76	-2.542,95	7.606,81

Estas correcções constam do mapa de controlo de subsídios. A verba da coluna 12, de 6.609,79 €, diz respeito à última tranche do subsídio PARES recebida, após o encerramento do projecto. Inicialmente, segundo os nossos cálculos, achávamos que ainda tínhamos de devolver e não receber. A verba da coluna 11, de 2.948,95 € diz respeito a duas situações distintas: 406,00 € dizem respeito ao reconhecimento do subsídio referente à obra dos anos de 2014 e 2015 visto estarmos a considerar um valor inferior, e 2.542,95 € dizem respeito à diminuição do subsídio para equipamento uma vez que nesta rubrica estávamos a considerar um valor superior. A verba da coluna 13, de 4.873,97 € também se refere a duas

situações distintas: 3.539,97 € mais 6.609,79 € da coluna 12, dizem respeito ao aumento do subsídio para obras face ao inicialmente considerado e 1.334,00 € dizem respeito à correcção de subsídio já reposto indevidamente uma vez que o subsídio a considerar é inferior ao inicialmente considerado.

Relativamente ao valor reconhecido como rendimento do período, do subsídio do “Instituto de Segurança Social, IP - Centros Distritais”, e o valor efectivamente recebido no período apresentamos a seguinte conciliação:

Subsídio à exploração do ISS, IP	Centro de Convívio	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Total
Total do subsídio reconhecido como rendimento de 2016	25.320,00	44.039,94	105.321,85	174.681,79
Cortes realizados em 2016 referentes a anos anteriores (6881)		- 5.030,88		- 5.030,88
Subsídio que não foi reconhecido em 2015 e que se devolveu à Segurança Social em 2016			- 43.297,25	- 43.297,25
Subsídio recebido em 2016 referente a 2015 não estimado (7881)			1.031,07	1.031,07
Valor líquido efectivamente recebido durante 2016	25.320,00	39.009,06	63.055,67	127.384,73

11 - Instrumentos Financeiros

11.1 - Bases de mensuração e políticas contabilísticas

A sua mensuração é realizada conforme o ponto 3.1.1.8. Quanto às políticas contabilísticas, procedemos da seguinte forma: À data de cada relato financeiro avaliam-se todos os activos financeiros mensurados ao custo por forma a verificar se existem situações de imparidade, bem como os activos e passivos financeiros que possam estar em situação passível de desreconhecimento. Desreconhece-se um activo financeiro se ocorrerem as seguintes situações:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram; ou
 - A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o activo financeiro.
- O desreconhecimento do passivo financeiro realiza-se quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor encontram-se discriminados no seguinte quadro:

Descrição	Quantidade	Valor Nominal Total	Valor de Mercado	Cotação em 31/12/2016
Fundo de Compensação do Trabalho (41583)	1.197,54106	1.304,99	1.233,12	1,02971

11.3 - Reconciliação dos Fundos Patrimoniais

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos	18 369,04			18 369,04
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	- 23 356,34		36 964,59	13 608,25
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos				
Outras variações nos fundos patrimoniais	722 069,07	29 207,18	8 940,81	701 802,70
Subsídios	722 069,07	29 207,18	8 940,81	701 802,70
Doações				
Resultado líquido do período	36 964,59	41 303,04		- 4 338,45
Total	754 046,36	70 510,22	45 905,40	729 441,54

11.4 - Activos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor

Não existem activos financeiros dados como garantia, penhor ou promessa de penhor.

11.5 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

11.5.1 - Quantia das dívidas com duração residual superior a 5 anos

Não existem dívidas com duração superior a 5 anos.

11.5.2 - Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade

Não existem garantias reais prestadas pela entidade para cobertura de dívidas.

11.6 - Ajustamentos reconhecidos no período de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

Não se reconheceram quaisquer ajustamentos de instrumentos financeiros no período.

11.7 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Descrição do tipo de créditos	Créditos iguais ou inferiores a 1 ano	Créditos superiores a 1 ano
Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços		
Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas		
Outros créditos	18 945,68	
Pessoal (Pagamentos a mais por lapso)	738,15	
Estado e outros entes públicos (24)	1 658,96	
Devedores por acréscimo de rendimentos (2721)	567,44	
IEFP (Medidas Emprego) (27853+27854)	13 356,13	
Câmara Municipal de Viana do Castelo (27856)	2 625,00	
Fundos subscritos e não realizados		
Diferimentos	582,88	
Total	19 528,56	

11.8 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Descrição do tipo de débitos	Dívidas iguais ou inferiores a 1 ano	Dívidas superiores a 1 ano
Empréstimos por obrigações		
Dívidas a instituições de crédito	7 464,96	5 921,00
Adiantamentos recebidos sobre encomendas		
Dívidas por compras e prestações de serviços	8 306,03	
Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar		
Dívidas a entidades subsidiárias e associadas		
Outras dívidas	50 115,03	6 270,48
Estado e outros entes públicos (24)	6 229,26	
Fornecedores de Investimento (2711)		6 270,48
Credores por acréscimo da gastos (2722)	27 762,99	
Caução Granilima, Lda. (2782018)	7 290,44	
Instituto da Segurança Social, I.P. (27851) -Subsídio do SAD	8 659,46	
Outras contas a pagar	172,88	
Diferimentos	31 133,02	
Total	97 019,04	12 191,48

Discrimina-se ainda no seguinte quadro a rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	368,44	758,52
Depósitos à ordem	51 598,34	110 665,68
Total	51 966,78	111 424,20

12 - Benefícios dos empregados

O número médio de empregados durante o período foi de 17, repartidos pelos vários centros de custo conforme consta do seguinte quadro:

Descrição	Centro de Convívio	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Total
N.º Médio de funcionários a 100%	1	4		5
Os restantes funcionários prestam serviços aos vários centros de custo e apresentam a seguinte repartição:				
Ajudante de Acção Directa de 2ª		50,00%	50,00%	100,00%
Ajudante de Acção Directa de 2ª		50,00%	50,00%	100,00%
Ajudante de Acção Directa de 2ª		50,00%	50,00%	100,00%
Ajudante de Cozinha		50,00%	50,00%	100,00%
Animadora Cultural	33,33%	33,34%	33,33%	100,00%
Assistente Social de 3ª		50,00%	50,00%	100,00%
Cozinheira		50,00%	50,00%	100,00%
Directora Técnica	33,33%	33,34%	33,33%	100,00%
Escriturária de 1ª Classe	33,33%	33,34%	33,33%	100,00%
Trabalhadora Auxiliar		50,00%	50,00%	100,00%
Trabalhadora Auxiliar		50,00%	50,00%	100,00%
Trabalhadora Auxiliar		50,00%	50,00%	100,00%
N.º médio de funcionários repartidos	1	6	5	12
N.º médio total de funcionários	2	10	5	17

A Direcção é composta por 7 elementos.

No dia 11 de Maio de 2016 realizaram-se eleições e a nova Direcção tomou posse no dia 13 de Maio de 2016.

A nova Direcção é composta conforme se discrimina no seguinte quadro:

Cargos	Nomes
Presidente	Ricardo Viana Felgueiras
Vice-Presidente	Ilídio Matos Carvalho
Tesoureiro	Lucinda Gonçalves Lima Soares
1º Secretário	Manuel Domingos Melo Oliveira
2º Secretário	Rogério Cardoso Rodrigues
Vogal	Adriano Lima Lopes da Silva
Vogal	João Lago Sá Pereira
Vogal	José Jesus Capela Brandão
Vogal	António Semião Alves Rocha

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem, assim como não lhes foi concedido qualquer adiantamento ou crédito.

Não existem quaisquer compromissos assumidos em matéria de pensões.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não existem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam afectar a demonstração de resultados ou o balanço.

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não se aplica.

15 - Outras informações

15.1 - N.º Médio de utentes das respostas sociais

Respostas Sociais	Centro de Convívio	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário
N.º de utentes (acordo)	40	40	32
N.º Médio de utentes	40	25	24

15.2 - Trabalho Voluntário

No presente exercício não se registou qualquer trabalho voluntário digno de menção, para além do prestado normalmente pelos órgãos directivos da Instituição.